

Processo nº 073/2024

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2024 – PARA CREDENCIAMENTO EXCLUSIVO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA/EMPRESA PEQUENO PORTE

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO EXCLUSIVO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) / MICROEMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA

LUIZ ANGELO DEON, Prefeito Municipal de Cacique Doble, Estado do Rio Grande do Sul, torna público aos interessados que realizará CHAMAMENTO PÚBLICO, destinado ao MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) / MICROEMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM MADEIRA, nas condições deste Edital e seus Anexos, regida pela Lei nº 14133/2021 e alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988.

A documentação será recebida <u>A PARTIR DO DIA 12 DE JULHO DE 2024</u>

<u>ATÉ O DIA 22 DE JULHO DE 2024</u>, no setor de licitações e contratos localizado no Centro Administrativo Municipal, sito na Av. Kaingang, nº 292, Centro, Cacique Doble.

A abertura e averiguação da documentação será realizada a partir do dia <u>23 DE</u> <u>JULHO DE 2024 às 08h30min na sala de reuniões do Centro Administrativo</u>, sendo que serão realizados tantos quantos atos de averiguação forem necessárias, sempre no prazo de 48 horas da apresentação de documentação.

1. DO OBJETO

Constitui objeto do presente o **CREDENCIAMENTO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL MICROEMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE, para prestar serviços de MÃO-DE-OBRA** na construção de Unidades habitacionais em Madeira, sendo:

- ✓ Unidades habitacionais com área de 42.00 m²:
- ✓ Unidades habitacionais com área de 50,28 m²;



Em anexo, planta, memorial e projeto básico das Unidades Habitacionais a serem executadas.

Modelo da Unidade Habitacional a ser executada:



- 1.1 Os participantes deverão possuir condições as quais garantam a responsabilidade, presteza, segurança e eficácia da execução dos serviços, de modo a obter pleno resultado na realização dos serviços mencionados neste Edital de Credenciamento.
- 1.2 Os serviços deverão manter, obrigatoriamente, nível de qualidade que garanta a possibilidade de diagnóstico seguro.
- 1.3 O Município, informará para cada executor, na formalização do contrato o beneficiário da unidade habitacional que deverá ser construída.

2. DO VALOR

- 2.1 O município pagará o valor de:
- a) R\$ 13.300,00 (treze mil e trezentos Reais), por cada unidade habitacional com medidas de 42m²;
- b) R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), por cada unidade habitacional com medidas de 50,28 m².

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Respeitadas as demais condições normativas e as constantes deste Edital, poderá participar desta chamada pública qualquer pessoa jurídica **Microempreendedor Individual**, **Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte**, prestadora dos respectivos serviços na área de mão-de-obra, para execução dos serviços, legalmente estabelecida no país e que atenda as todas as exigências contidas neste Edital.



4. <u>DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES</u>

4.1. Durante o período indicado no preâmbulo deste Edital, cada licitante deverá entregar junto ao Setor de Licitações, respeitando o horário de atendimento externo, envelope de credenciamento contendo toda a documentação, <u>devendo estar fechado e rubricado no fecho, contendo em sua parte externa, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:</u>

ENVELOPE N° 01 – DOCUMENTAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2024 RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE ENDEREÇO CNPJ TELEFONE E-MAIL

5. DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- **a)** Comprovante de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) e/ou Documento Constitutivo da Microempresa / Empresa de Pequeno Porte.;
- b) Cópia do RG e CPF do Representante legal da empresa;

5.2. REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
- c) Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa Estadual;
- e) Negativa de Débito com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado.
- **f**) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, nos termos da Emenda Constitucional nº 20, de 1998.

6. DA PROPOSTA

6.1. O interessado no Credenciamento deverá apresentar, envelope separado da documentação a que se refere o item 5, com a <u>PROPOSTA FINANCEIRA, PREENCHIDA, DATADA E</u> **ASSINADA DE ACORDO COM ANEXO III.**

O envelope deverá estar fechado e rubricado no fecho, contendo em sua parte externa, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE ENDERECO



CNPJ TELEFONE E-MAIL

7. DA ABERTURA E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- **7.1.** A presente licitação será processada e julgada de acordo com a legislação vigente.
- **7.2.** Recebido o envelope contendo a documentação do credenciado, a Comissão Permanente de Licitações fará a apreciação com vistas ao julgamento num prazo de <u>até 02(dois) dias</u> **úteis contados da data final para credenciamento**.
- **7.3.** julgamento será realizado com base na análise quantitativa e formal dos documentos apresentados quanto ao conteúdo, vigência e veracidade.
- **7.4** Será considerada inabilitada a empresa que:
- a) Deixar de apresentar qualquer um dos documentos solicitados no subitem "4" ou apresentálos incompletos, incorretos, com a validade expirada ou em desacordo com as exigências do presente Edital, não se admitindo, complementação posterior;
- b) Afrontar qualquer condição estabelecida neste Edital.
- **7.5.** Observados os critérios de aceitabilidade dos documentos de habilitação estabelecidos nos subitens anteriores, a Comissão Permanente de Licitação procederá ao CREDENCIAMENTO das propostas apresentadas de acordo com a tabela e divulgará a relação das empresas habilitadas.
- **7.6.** Esgotados os prazos de recursos administrativos, o processo será encaminhado para a autoridade competente para decisão administrativa no sentido de formalização contratual.

8. DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

- **8.1.** A impugnação deste credenciamento e de seus anexos deverá ser dirigida à autoridade que assinou o Edital e protocolada no Setor de Protocolo deste Município.
- **8.2.** Divulgada a decisão da Comissão Permanente de Licitação, no tocante à fase de habilitação se dela discordar, a licitante terá o prazo de <u>05 (cinco) dias úteis</u> para interpor recurso, contado da data de divulgação do resultado, e também nos demais casos previstos na Lei Federal nº 14133, podendo renunciar o prazo de recurso.
- **8.3.** O recurso deverá ser dirigido ao Prefeito Municipal, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação.



- **8.3.1.** O recurso referente à fase de habilitação ou de classificação terá efeito suspensivo.
- **8.4.** Os recursos deverão ser datilografados/digitados devidamente fundamentados e assinado pelo representante legal da recorrente e/ou credenciado com poderes para tal.

9. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

8.1. Finda a verificação da documentação, fica desde já convocada a empresa para assinar o Termo Contratual, observados os prazos abaixo, sob pena de decair do direito à contratação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CREDENCIADA

- **10.1.** Além das obrigações regulamentares e das demais relacionadas neste Edital obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:
- a) Prestar/executar os serviços em conformidade com o estabelecido neste Edital e seus anexos;
- b) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo-lhe ser exigida a comprovação, a qualquer tempo.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Os recursos necessários ao cumprimento desta despesa correrão por conta das dotações da Lei Orçamentária Anual – LOA.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento pela efetiva prestação do serviço objeto deste instrumento mediante apresentação de Nota Fiscal, e Boletim de Medição emitido pelo engenheiro civil da contratante.

Caso a empresa credenciada deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município, <u>o pagamento ficará retido até que a empresa vencedora atenda</u> à cláusula infringida;

13. DA VIGÊNCIA

13.1. O prazo de vigência para execução dos serviços enunciados neste Edital será de **06 (seis) meses**, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, por interesse do CREDENCIANTE e anuência do(a) CREDENCIADO(A), por iguais e sucessivos períodos até o limite de sessenta meses.

14. DISPOSIÇÕES REFERENTES À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. O Credenciado deverá realizar os serviços no local indicado no termo contratual.



14.2. O Credenciado será responsável por todos os encargos fiscais, previdenciários, trabalhistas e assinar carteira de seus funcionários e das pessoas subordinadas a ele e envolvidas no atendimento, isentando integralmente o Município.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **15.1.** Ao credenciado que deixar de entregar os documentos exigidos para habilitação, assim como outros exigidos pelo Edital, no prazo estipulado, será aplicada a pena de ADVERTÊNCIA.
- **15.2.** Além das penalidades acima, também será punido o licitante nas seguintes sanções:
- **a)** Advertência: quando deixar de prestar/executar o serviço no prazo estipulado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição;
- **b**) Multa: no percentual de 10% sobre o valor da sua proposta ou lance se não mantiver a mesma;
- c) Multa: no percentual de 20% sobre o total do contrato ou da ordem de compra/serviço se, advertido, deixar de prestar/executar o serviço até 15 dias do prazo estipulado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição;
- **d**) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos se o credenciado for reincidente nas penalidades de advertência e/ou multa por mais de duas vezes até três, inclusive;
- e) Multa: no percentual de 20% sobre o total do contrato ou da ordem de compra/serviço pela recusa em retira-la ou pela não assinatura do contrato no prazo estabelecido;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada no inciso "d", quando ocorrido uma ou mais das seguintes situações:
- f.1) Apresentar documentação falsa para o certame;
- **f.2**) Quando frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- **f.3**) Quando devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassa-lo;
- **f.4)** Quando afastar ou procurar afastar outro licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- **F.5**) Quando fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, licitação instaurada para aquisição de bens ou mercadorias, ou contrato dela decorrente:
- I elevando arbitrariamente os preços;
- II vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada;
- III entregando uma mercadoria por outra, ou executando serviço diverso do que contratado;



- IV alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria/serviço fornecida/executado;
- V tornando, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato.
- **f.6)** Sempre que anteriormente tenha sido aplicada a suspensão temporária em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- **15.3.** As penalidades acima relacionadas não são exaustivas mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei 14133/2021
- **15.4.** As sanções previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- **15.5.** A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 14133/2021.
- **15.6.** As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.
- **15.7.** A multa aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s), cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do Município.
- **15.8.** Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.
- **15.9.** Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação no Diário Oficial do Estado e Imprensa Oficial do Município (jornal de circulação regional).

16. DOS ANEXOS

16.1. Fazem parte desta Chamada Pública os seguintes anexos:

ANEXO I – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO. ANEXO II – DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA AO PRAZO RECURSAL (facultativa) ANEXO III – TERMO DE PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Aplicam-se a este ato os dispositivos da Lei nº 14.133, e suas alterações posteriores.



- **17.2.** O credenciado deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois a simples apresentação da DOCUMENTAÇÃO submete-o a aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.
- **17.3.** O MUNICÍPIO poderá, a qualquer tempo, realizar pesquisa de satisfação dos usuários atendidos bem como aplicar qualquer instrumento de avaliação da qualidade do atendimento prestado.
- **17.4.** Os casos omissos deverão ser avaliados por uma Comissão Especial de Credenciamento, composta de profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social.
- 17.5. Cada credenciado é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários a fim de completar a instrução do processo, conforme da lei 14133/2021, art. 79;
- **17.6.** É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na, da Lei N. 14133/2021
- 17.7. O MUNICÍPIO reserva-se o direito de revogar o presente certame por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento das propostas, desqualificar qualquer licitante ou desclassificar qualquer proposta, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.
- **17.8.** Interessados poderão obter cópia do Edital no site oficial do Município www.caciquedoble.rs.gov.br ou no setor de licitações e contratos.
- **17.9.** Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário expediente, junto à Prefeitura Municipal de Cacique Doble, Av. Kaingang, 292, Centro, pelo telefone (54) 3352-1244, pelos e-mails: adm@caciquedoble.rs.gov.br ou icitacao@caciquedoble.rs.gov.br

CACIQUE DOBLE, RS 10 DE JULHO DE 2024.

LUIZ ANGELO DEON, PREFEITO MUNICIPAL.



ANEXO I

CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Ao Município de Cacique Doble

Ref. CHAMAMENTO PÚBLICO CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

| A Er | npresa | | | |
|---------|--|--|--|--|
| Nº | , situada na | n° | | |
| Bairro | : CEP: Telefone: | , E-mail: | | |
| neste | ato representada pelo sócio proprietário Sr _ | (inscrito no | | |
| CPF n | ° e RG n°, residente e domiciliado na |), abaixo assinado, declara: | | |
| 1. | que assume inteira responsabilidade pela a | utenticidade de todos os documentos | | |
| aprese | ntados; | | | |
| 2. | sob as penalidades cabíveis, a inexistência | de fatos que possam impedir a sua | | |
| habilit | ação na licitação em causa e que tem pleno con | hecimento de todos os aspectos relativos | | |
| a ela e | concorda plenamente com suas condições; | | | |
| 3. | que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos, | | | |
| em tra | balho noturno, perigoso ou insalubre e de meno | ores de 16 (dezesseis) anos em qualquer | | |
| traball | no, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 | (catorze) anos; | | |
| | | | | |
| | Atenciosament | e, | | |
| | | | | |
| Local | e Data | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| Nome | e Assinatura do Responsável ou Representante | Legal | | |
| | | | | |



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA AO PRAZO RECURSAL

| , CNPJ N, |
|---|
| (Empresa) |
| sediada à |
| (Endereço Completo) |
| participante da CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024, declara, na forma e sob as penas |
| da Lei Federal N^{o} 14133/2021 obrigando a empresa que respectivamente representa, que, se |
| habilitada, não pretende recorrer da decisão da CPL quanto ao julgamento do Env. 01 - |
| Documentação, renunciando, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo |
| respectivo. |
| |
| Cacique Doble, RS de de 2024 |
| |
| Local e Data |
| |
| Nome eAssinatura do Responsável ou Representante Legal |



ANEXO III

PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO

| | , | presente, a empresa com sede na, na cidade de, na pelo telefone no, | , número bairro (RS), |
|--|---|---|--|
| mail | | , vem propor credenciamento para constru | ção de unidades |
| nabitaciona | ais conforme | descrito no Edital de Chamamento Público nº 001/202 | |
| IITEM | UNID | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRI A SER PAGO PEL MUNICIPIO |
| 01 | Unid | Mão de obra para execução de uma unidade habitacional em madeira com área de 42,00m²; | R\$ 13.300,00 |
| 02 | Unid | Mão de obra para execução de uma unidade habitacional em madeira com área de 50,28m²; | R\$ 15.000,00 |
| os termos para para para para para para para par | oropostos. Encaminha o e possível | que temos conhecimento do presente edital e de seus a mos juntamente com essa proposta a nossa doci credenciamento. | umentação, para |
| | Município d | le aos dias do mês de | de 2024 |
| | | Representante da Empresa | |



ANEXO IV MINUTA TERMO CONTRATUAL AO CREDENCIAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024

TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA

| MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede |
|--|
| administrativa na Av. Kaingang, nº 292, Centro, nesta cidade de Cacique Doble, Estado do |
| Rio Grande do Sul, CEP: 99860-000, inscrito no CNPJ sob nº 87.613.600/0001-03, neste ato |
| representado pelo Prefeito Municipal Senhor LUIZ ANGELO DEON, de ora em diante |
| denominada unicamente CREDENCIANTE, e, inscrita no CNPJ sob o nº |
| , com sede na, n°, Bairro na cidade de RS, |
| neste ato representado por, doravante denominado CREDENCIADO, têm justo |
| e acordado este Termo de Credenciamento, de conformidade com a Lei nº 14133 e suas |
| alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições: |

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo, a contratação de pessoa jurídica especializada em PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM MADEIRA NO MUNICÍPIO DE CACIQUE DOBLE/RS, de acordo com as especificações e valores estabelecidos neste Edital, cujo processo e julgamento serão realizados de acordo com os preceitos da Lei 14133/2021.

1.2. Serão executados os serviços descritos a seguir e nos valores credenciados no respectivo processo:

| ПТЕМ | UNID | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO A SER PAGO PELO MUNICIPIO |
|------|------|--|--|
| 01 | Unid | Mão de obra para execução de uma unidade | R\$ 13.300,00 |
| | | habitacional em madeira com área de 42,00m²; | |
| 02 | Unid | Mão de obra para execução de uma unidade | R\$ 15.000,00 |
| | | habitacional em madeira com área de 50,28m²; | |

- **1.3.** A contratada deverá possuir condições as quais garantam a responsabilidade, presteza, segurança e eficácia da execução dos serviços, de modo a obter pleno resultado na realização dos serviços mencionados neste Edital de Credenciamento.
- **1.4**. O Município, por meio da Secretaria de Assis, fez uma estimativa da quantidade dos serviços mensais/ano a serem prestados, que constou na fase interna do correspondente processo.
- **1.5.** O presente termo contratual de credenciamento, poderá ser renovado, aditivado, suspenso e revogado nos termos da legislação em vigor.



CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2. O valor a ser pago será de R\$

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

- 3.1 O prazo **para execução de cada unidade habitacional é de até 30 (trinta) dias**, salvo condições climáticas, podendo ser prorrogado mediante justificativa plausível e aceita pela Administração.
- **3.2** A de vigência do credenciamento será **de 06** (**seis**) **meses**, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse do CREDENCIANTE e anuência do CREDENCIADO, por iguais e sucessivos períodos, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E DO PRAZO DE PAGAMENTO

4. O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado, após a execução de cada unidade habitacional, <u>mediante apresentação de NF e boletim de medição emitido pelo engenheiro civil da contratante.</u>

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 5.1 O Credenciamento caracteriza uma relação contratual de prestação de serviços;
- **5.2** O Credenciado deverá manter durante a vigência deste Termo as condições de habilitação exigidas para a sua celebração;
- **5.3** É de responsabilidade exclusiva e integral do Credenciado a utilização de pessoal para a execução dos respectivos procedimentos, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais resultantes de vínculo empregatício ou comerciais. É também de inteira responsabilidade do Credenciado eventuais indenizações por quaisquer modalidades de danos que venham a ser causados a terceiros na prestação dos serviços contratados;
- **5.4** Caberá ao Credenciado o fornecimento de todos os equipamentos e mão-de-obra, necessários à plena execução dos serviços indicados no edital e neste termo de credenciamento;
- 5.5— Se, no decorrer da vigência do Termo de Credenciamento, COMPROVAR-SE A MÁ QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, OBRIGA-SE O CREDENCIADO A REFAZÊ-LOS, SEM QUALQUER CUSTO ADICIONAL PARA O USUÁRIO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL;
- **5.6** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, ao Credenciado, as penalidades previstas na Lei Federal nº 14133/2021 e alterações, conforme a gravidade da infração independente da incidência de multa, aplicando ainda, as seguintes penalidades:
- a) multa no valor de um (01) salário mínimo, por ocorrência;
- **b**) suspensão temporária e participação em licitação e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 02 (dois) anos;
- c) o Credenciado, ainda, estará sujeita a indenizar a qualquer título danos, que por sua culpa, na prestação dos serviços contratados, cause prejuízos a terceiros de acordo com o Código Civil.
- **5.7-** É vedado:
- a) o trabalho do credenciado em dependências ou setores próprios do Município;



- b) não poderá fazer parte do quadro social ou de empregados do CREDENCIADO, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado sob qualquer título; ocupante de cargo eletivo ou com registro oficial de candidatura a cargo no Município CREDENCIANTE;
- c) a transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

- 6.1 O Credenciamento exercerá a fiscalização e a observação das especificações constantes neste Termo por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social.
- 6.2 A fiscalização a ser exercida pelo Credenciante sobre todos os termos do presente, ocorrerá para preservar o interesse público, sendo que eventual atraso nesta tarefa, não lhe implicará co-responsabilidade pela eventual prestação de serviços incorreta.
- 6.3 Fica designada como fiscal do presente setor de engenharia municipal.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

- 8. O presente Termo poderá ser rescindido nos termos da Lei Federal nº14133/2021, e numa das seguintes hipóteses:
- a) pela ocorrência de seu termo final;
- b) por solicitação do Credenciado;
- c) por acordo entre as partes;
- d) unilateral, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no Edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9. As despesas decorrentes do presente Termo correrão por dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São José do Ouro/RS para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solvidas administrativamente.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

| | Cacique Doble/RSxxx de Julho de 202 |
|---|-------------------------------------|
| CREDENCIANTE MUNICIPIO DE CACIQUE DOBLE Prefeito Municipal. | CREDENCIADO |
| CPF: | |